

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2012 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - (Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota explicativa | 2012 | 2011 | PASSIVO | Nota explicativa | 2012 | 2011 |
|--|------------------|---------------|---------------|-------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | 15.699 | 15.697 | CIRCULANTE | | 1.182 | 425 |
| Disponibilidades | 5 | 4 | 4 | Outras obrigações | | 1.182 | 425 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4 | 15.695 | 15.676 | Fiscais e previdenciárias | 6.b | 1.154 | 379 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 15.695 | 15.676 | Diversas | 6.c | 28 | 46 |
| Outros créditos | 6.a | - | 17 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | - | 800 |
| Diversos | | - | 17 | Outras obrigações | | - | 800 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 6.a | 8.979 | 8.397 | Fiscais e previdenciárias | 6.b | - | 800 |
| Outros créditos | | 8.979 | 8.397 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 10 | 23.497 | 22.870 |
| Diversos | | 8.979 | 8.397 | Capital social | | 15.415 | 15.415 |
| PERMANENTE | | 1 | 1 | Reserva legal | | 696 | 664 |
| Investimentos | | 1 | 1 | Reservas de lucros | | 7.386 | 6.791 |
| Outros investimentos | 7 | 1 | 1 | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 24.679 | 24.095 | TOTAL DO PASSIVO | | 24.679 | 24.095 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 | 15.415 | 607 | 5.707 | - | 21.729 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 1.141 | 1.141 |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva legal | - | 57 | - | (57) | - |
| Reserva de lucros | - | - | 1.084 | (1.084) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | 15.415 | 664 | 6.791 | - | 22.870 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | 15.415 | 664 | 6.791 | - | 22.870 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 627 | 627 |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva legal | - | 32 | - | (32) | - |
| Reserva de lucros | - | - | 595 | (595) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | 15.415 | 696 | 7.386 | - | 23.497 |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 | 15.415 | 684 | 7.157 | - | 23.256 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 241 | 241 |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva legal | - | 12 | - | (12) | - |
| Reserva de lucros | - | - | 229 | (229) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | 15.415 | 696 | 7.386 | - | 23.497 |

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

| | Nota explicativa | 2º semestre 2012 | Exercício 2012 | Exercício 2011 |
|--|------------------|------------------|----------------|----------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 550 | 1.243 | 1.666 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 550 | 1.243 | 1.666 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 550 | 1.243 | 1.666 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | (168) | (232) | (112) |
| Receitas de prestação de serviços | | 27 | 54 | 54 |
| Outras despesas administrativas | 12 | (318) | (538) | (516) |
| Despesas tributárias | | (25) | (64) | (65) |
| Outras receitas operacionais | 13.a | 208 | 450 | 580 |
| Outras despesas operacionais | 13.b | (60) | (134) | (165) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 382 | 1.011 | 1.554 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 14 | - | - | 305 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO | | 382 | 1.011 | 1.859 |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 8 | (141) | (384) | (718) |
| Provisão para imposto de renda corrente | | (94) | (255) | (471) |
| Provisão para contribuição social corrente | | (68) | (172) | (307) |
| Ativo fiscal diferido | | 21 | 43 | 60 |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO | | 241 | 627 | 1.141 |
| LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ | | 15,14 | 39,40 | 71,70 |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | 2º semestre 2012 | Exercício 2012 | Exercício 2011 |
|---|------------------|------------------|----------------|----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Lucro líquido do semestre/exercício | | 241 | 627 | 1.141 |
| Ajustes que não afetam o fluxo de caixa | | 39 | 91 | 105 |
| Provisão para riscos fiscais | 13.b | 60 | 134 | 165 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (21) | (43) | (60) |
| Lucro líquido do semestre/exercício ajustado | | 280 | 718 | 1.246 |
| Variação de ativos e passivos | | | | |
| Variação de outros créditos | | (103) | (522) | (666) |
| Variação de outras obrigações | | (77) | (177) | 35 |
| Caixa líquido aplicado em atividades operacionais | | 100 | 19 | 615 |
| Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa | | 100 | 19 | 615 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 5 | 15.599 | 15.680 | 15.065 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício | 5 | 15.699 | 15.699 | 15.680 |

(continua)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de reais - R\$)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09; e h) Pronunciamento Conciliatório Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução Bacen nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 14 de fevereiro de 2013.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não existem indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 02 de janeiro de 2013.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2012 | 2011 |
|---|--------|--------|
| Disponibilidades | 4 | 4 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 15.695 | 15.676 |
| Total | 15.699 | 15.680 |

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

| | 2012 | 2011 |
|---|-------|-------|
| Créditos tributários (nota explicativa nº 8 b) | 376 | 333 |
| Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 9 b) | 8.587 | 8.064 |
| Impostos e contribuições a compensar | 16 | 17 |
| Total | 8.979 | 8.414 |
| Curto prazo | - | 17 |
| Longo prazo | 8.979 | 8.397 |

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

| | 2012 | 2011 |
|--|-------|-------|
| Provisão para impostos e contribuições a pagar | 214 | 378 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6 | 1 |
| Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a) | 934 | 800 |
| Total | 1.154 | 1.179 |
| Curto prazo | - | 379 |
| Longo prazo | 1.154 | 800 |

c) Outras obrigações - diversas

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| Provisão para despesas de publicação | 6 | 34 |
| Provisão para despesas de auditoria | 6 | - |
| Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 11) | 12 | 12 |
| Outras | 4 | - |
| Total | 28 | 46 |
| Curto prazo | 28 | 46 |

7. OUTROS INVESTIMENTOS

| | 2012 | 2011 |
|--|------|------|
| Ações e cotas: | | |
| CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (*) | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 |

(*) Em 2009, a Corretora pactou com a Advent Depository Participações S.A. contrato de compra e venda de 406.649 ações da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, com vencimento para 31 de dezembro de 2014, o qual previa a retenção de parte do valor da venda dessas ações para eventual reembolso de prejuízos incorridos pela compradora, relacionados a possíveis passivos não registrados ou registrados por valor insuficiente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 da CETIP. Esses valores, por serem ativos contingentes, não foram reconhecidos à época e em 2011, foram registrados na rubrica "Resultado não operacional", no montante de R\$ 308 com base nas evidências que propiciaram a garantia de sua realização.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

| | Imposto de renda | | Contribuição social | |
|--|------------------|-------|---------------------|-------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 1.011 | 1.859 | 1.011 | 1.859 |
| Alíquota vigente | 25% | 25% | 15% | 15% |

| | 2012 | 2011 |
|--|-------|-------|
| Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes | (253) | (465) |
| Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes: | | |
| Despesas com entidades de classe | (7) | 8 |
| Outras despesas não dedutíveis | - | (1) |
| Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias: | | |
| Outras | 32 | 24 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (228) | (434) |

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos | | |
| Ativo | | |
| Base de cálculo | | |
| Provisão para Riscos Fiscais | 934 | 800 |
| Outras provisões - diversas | 6 | 33 |
| Total | 940 | 833 |
| Alíquota de imposto de renda e contribuição social | 40% | 40% |
| Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6 a) | 376 | 333 |

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias. | | |
| Saldo inicial | 333 | 273 |
| Constituição de ativo fiscal diferido | 43 | 60 |
| Saldo final | 376 | 333 |

| | 2012 | 2011 |
|--|------|------|
| d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros: | | |

| | 2012 | 2011 |
|---------------------------------------|------|------|
| Saldo inicial | 333 | 273 |
| Constituição de ativo fiscal diferido | 43 | 60 |
| Saldo final | 376 | 333 |

Em 31 de dezembro de 2012, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando as taxas dos Depósitos Interfinanceiros, totalizava R\$ 297 (R\$ 193 em 2011).

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foi contabilizada provisão para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. A provisão está sendo constituída com base nos processos classificados como risco de perda provável.

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| Saldo inicial | 800 | 635 |
| Constituição (nota explicativa nº 13 b) | 78 | 104 |
| Atualização (nota explicativa nº 13 b) | 56 | 61 |
| Saldo final | 934 | 800 |

| | 2012 | 2011 |
|------------------------|--------|-------|
| Probabilidade de perda | | |
| Perdas prováveis (i) | 934 | 934 |
| Perdas possíveis (ii) | 85.601 | - |
| Perdas remotas | 439 | - |
| Total de provisões | 86.974 | 934 |
| Depósitos Judiciais(*) | | 8.064 |

(*) Nota explicativa nº 6 a
(i) Perdas Prováveis - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos rela-

| | 2012 | 2011 |
|--------------------|------|------|
| Valor reclamado | | |
| Valor provisionado | | |
| Valor reclamado | | |
| Valor provisionado | | |

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

cionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 7.384 (R\$ 7.220 em 2011), auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal no montante de R\$ 65.838 e desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 11.746 (R\$ 11.240 em 2011) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 7.349 (R\$ 6.979 em 2011), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. A Administração, através da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. Por deliberação dos acionistas controladores, não foram distribuídos os dividendos mínimos obrigatórios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. c) Reserva de Lucros - Os lucros líquidos apurados nos exercícios de 2012 e 2011, após a dedução da reserva legal, foram integralmente destinados para reserva de lucros.

11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

| | Banco Société Générale Brasil S.A. | | Ativo (passivo) | | Receitas (despesas) | |
|--|------------------------------------|--------|-----------------|-------|---------------------|------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Depósitos bancários | | | 4 | 4 | - | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 15.695 | 15.676 | 1.243 | 1.666 | | |
| Outras obrigações - diversas (nota explicativa nº 6 c) | (12) | (12) | (152) | (151) | | |

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| Despesas de serviços técnicos especializados | 154 | 77 |
| Despesas de processamento de dados | 184 | 180 |
| Despesas Serviços do sistema financeiro | - | 29 |
| Despesas de alugueis - empresa ligada (*) | 31 | 31 |
| Despesas de comunicações | 11 | - |
| Despesas de publicações | 10 | 46 |
| Contribuições filantrópicas | 8 | 14 |
| Despesas de serviços administrativos prestados - ligada (*) | 120 | 120 |
| Despesas com entidade de classe | 20 | 14 |
| Outras | - | 5 |
| Total | 538 | 516 |

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------------|------|------|
| Atualização de depósitos judiciais | 442 | 562 |
| Outras | 8 | 18 |
| Total | 450 | 580 |

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| b) Outras despesas operacionais | | |
| Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a) | 78 | 104 |
| Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a) | 56 | 61 |
| Total | 134 | 165 |

14. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| Lucro na alienação de investimentos-Ações Cetip (*) | - | 308 |
| Despesas não operacionais | - | (3) |
| Total | - | 305 |

(*) Nota explicativa nº 11

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| Saldo inicial | 800 | 635 |
| Constituição (nota explicativa nº 13 b) | 78 | 104 |
| Atualização (nota explicativa nº 13 b) | 56 | 61 |
| Saldo final | 934 | 800 |

| | 2012 | 2011 |
|---|------|------|
| Saldo inicial | 800 | 635 |
| Constituição (nota explicativa nº 13 b) | 78 | 104 |
| Atualização (nota explicativa nº 13 b) | 56 | 61 |
| Saldo final | 934 | 800 |

(*) Nota explicativa nº 7
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Corretora não apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

16. VARIAÇÕES CAMBIAIS

A Corretora, no curso normal de seus negócios, não possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de importações, exportações, valores a pagar, valores a receber ou obrigações por empréstimos.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES
Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

| DIRETORIA | |
|-----------|--|
| CONTADOR: | Leandro dos Santos - CRC - SP 262040/O-6 |

| RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES | |
|---------------------------------------|--|
| Aos Acionistas e Administradores da | Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários |
| São Paulo - SP | |

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013
Deloitte
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8